



**MPRJ**

MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**CÓPIA**

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE PROTEÇÃO À  
EDUCAÇÃO DO NÚCLEO SÃO GONÇALO  
SÃO GONÇALO - ITABORAÍ - TANGUÁ - NITERÓI - MARICÁ - RIO BONITO**

**ATA DE REUNIÃO**

**INTERLOCUÇÃO REGIONAL - MARICÁ**

I. Aos 20 de junho de 2022, às 11h, foi realizada reunião presencial, na sala de reuniões do 5º andar, do prédio do MPRJ em Niterói, presentes a Dra. Bianca Mota de Moraes, titular da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação, o Secretária Municipal de Educação de Maricá, Adriana Luiza da Costa, e sua assessora jurídica Sheila Nascimento Elizeu a representante do CME, Viviane Rezende Prates, o atual presidente do CAE-Maricá e também representante do SINEDUC-Maricá, Alexsandro da Silva Jorge, a atual presidente do CACs FUNDEB, Lorimar De Cássia Machado Dornelas, a senhora Juciara Gomes da Diretoria Regional das Baixadas Litorâneas, representando a diretora pedagógica Beatriz Trezze, Fernanda Machado Fontes, da Diretoria das Baixadas Litorâneas, o diretor regional administrativo das Baixadas Litorâneas, Jorge Paes.

II. Inicialmente, **a promotora de justiça** esclareceu que esta reunião é a sexta do ciclo de interlocução regional iniciado no dia 28/04, ato no qual houve a presença dos representantes dos seis municípios que integram a área de atribuição deste órgão. Ressaltou-se a questão das comunicações entre a Promotoria e os órgãos, já esclarecidas na reunião do dia 28.04.2022, que será preferencialmente realizada por correspondência eletrônica, cujas respostas serão em prazos fixados em dias úteis.

III. Em seguida, a **secretária** se apresentou, ressaltando que o município de Maricá enfrenta grande problema com o aumento dos alunos com necessidades especiais, autistas, ressaltando que o número de profissionais de apoio é insuficiente. Há contratos com terceirizados e o TCE questionou esta terceirização, já tendo havido a justificativa da SME perante este questionamento. A necessidade atual é de 240 profissionais de apoio. Com este número serão 624 profissionais de apoio terceirizados. A SME realçou que optou pela terceirização em função do alto número atual de funcionários readaptados.



**MPRJ**

MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Consignou-se, ainda, que as merendeiras também são terceirizadas, ressaltando que os cargos de profissionais de apoio e de merendeiras não foram inseridos no PCCR (LC 344 de 08/12/21) como profissionais do magistério, os demais cargos (inspetores de alunos merendeiras, professores de apoio, assistentes sociais, psicólogos, contadores, nutricionistas) estão no Plano de Cargos Geral da Prefeitura – Lei 1517/96, que já passou por várias modificações posteriores.

Registrou que existe um concurso em vigor, homologado em janeiro de 2019 e prorrogado até janeiro de 2023, em que já foram convocados mais de 800 professores docentes II (que também atuam na educação infantil, desde o berçário), número muito superior ao número de vagas inicialmente previstos. Professores docentes I, orientadores pedagógicos e educacionais e inspetores escolares, que também integram o PCCR do Magistério, da mesma forma já foram todos convocados dentro do número de vagas previsto.

Prosseguiu ressaltando que foi comprovada junto ao TCE a vacância e a previsão orçamentária anterior, o que permitiu a convocação, inclusive, durante a pandemia. O PCCR atual valoriza bastante o profissional e foi fruto de longo estudo e debate com a categoria.

Ressaltou, inclusive, que foi considerado que os reajustes do PCCR “geral” seriam mais benéficos aos profissionais da área meio, porque foi colocado que estes não acompanhariam os reajustes do piso nacional do Magistério.

A reformulação do PCCR “geral” dependerá de um estudo de toda a Prefeitura, para que fossem observados os enquadramentos necessários aos cargos de atividade meio.

A rede de Maricá possui escolas inteiras e salas frutos de ampliações das escolas nos chamados “módulos habitacionais” que são muito questionados como “*containers*”. Tais módulos são locações móveis que se pretendem provisórias. A utilização de tais módulos ocorre desde 2015, havendo hoje quatro escolas de “módulos habitacionais”, quais sejam: E.M. Carlos Manoel, E.M. Romilda Nunes, E.M. Maria Cristina e E.M. Anísio Teixeira, sendo as três primeiras em 2018 e a última 2019. Esclarece que o Município se comprometeu com o Estado a construir uma unidade escolar em Itaipuaçu para atender o ensino médio, embora a construção já tenha se iniciado, a referida escola



atualmente, funciona em um "módulo habitacional", contando com cerca de 1.200 alunos (C.E. Professor Darcy Ribeiro), sendo certo que a inauguração da construção definitiva da unidade está prevista para fevereiro/março de 2023. Gostaria de consignar que, diante da alta procura por vagas no C.E. Professor Darcy Ribeiro, vislumbra a necessidade de que o Estado venha a realizar um planejamento para construção de outras escolas na região para o ensino médio. Neste ponto, **o diretor regional administrativo Jorge Paes**, registrou que a locação do "módulo habitacional" no C.E. Professor Darcy Ribeiro facilita o Estado na respectiva manutenção, que já está incluída no contrato. Aduz que, de fato, a procura por vagas na referida escola é muito grande, sendo a primeira a se esgotar no Município, no site do matrícula fácil do Estado.

Prosseguiu a **secretária**, aduzindo que em 2016 Maricá já tinha universalizado o acesso à pré-escola e atualmente já atende 80% da demanda manifesta da creche, ficando o sistema de matrículas aberto o ano todo. O Município absorveu todo o ensino fundamental. Serão inauguradas dez novas unidades exclusivas de educação infantil até fevereiro de 2023, em uma metodologia semelhante às construções da Pro Infância, por pré-moldados, para agilizar a abertura de novas vagas, que serão cerca de 500 se em atendimento para turno integral e 1.000 se em turno parcial. Esclareceu que Maricá conta com 65 unidades escolares do Município com pouca participação da rede privada e, ainda, sem convênios para educação infantil (o que, no momento, está sendo modificado, por meio de um chamamento público para o atendimento em creche através de bolsas). Consignou que o número de alunos total na rede, na data de hoje, é de 28.025 alunos.

IV. Na sequência, o **representante do SINEDUC-Maricá** salientou que, a minuta do PCCR incluía os profissionais de apoio, inspetores, etc... mas, durante as negociações com a categoria isso foi modificado. Houve um parecer da PGM que embasou o novo PCCR. Registrou que o Sindicato compreendeu as colocações do Executivo, na época da elaboração do PCCR, mas, continua considerando que todos os funcionários da educação deveriam ser inseridos no PCCR da educação independentemente de integrarem as atividades meio ou fim. Sobre as merendeiras, esclarece que já houve concurso anterior e o SINEDUC sempre colocou, inclusive, a necessidade de continuidade do serviço, para valorizar o profissional e manter o vínculo com os alunos, devendo as questões relativas às readaptações ser tratadas em sede própria, inclusive, com



o envolvimento do Instituto de Previdência do Município - ISSM, na análise destes casos.

Ponderou que os estudos da correlação entre os servidores da educação e os que estão no PCCR "geral" pode ser feito e o SINEDUC sempre se colocou disponível para este diálogo e, inclusive, já houve benefícios remuneratórios que partiram do PCCR "geral" e alcançaram o PCCR da Educação.

Quanto aos "módulos habitacionais" esclareceu que o SINEDUC não possui objeção ao projeto em si e compreende a necessidade de ampliação de vagas por uma metodologia mais rápida, o que pondera, no entanto, é a questão das locações por longo prazo

V. A **representante do CME-Maricá**, aduziu que está sendo elaborada uma agenda de visitas, e será realizado bimestralmente um levantamento para visualização e transparência das prioridades locais, já que são cerca de 40 associações. O CME funciona na denominada, Casa dos Conselhos onde há computadores e toda a estrutura para o devido funcionamento, sendo certo que, em relação a veículos, estes são disponibilizados pelo SME quando solicitados. As reuniões são mensais, geralmente as quartas feiras, e os membros são participativos e atuantes, sendo que esta nova gestão assumiu em março de 2022.

VI. A **presidente do CACs FUNDEB**, registrou que o conselho realiza reuniões mensais, toda última terça feira do mês, reafirmando a questão da estrutura física já mencionada. A participação do colegiado é boa e conta assim como os demais conselhos com integrantes do SINEDUC. Ressalva apenas a dificuldade de participação dos representantes do segmento dos alunos. Afirmou que a atual gestão assumiu em março de 2022. Ressaltou que o relacionamento dos conselhos com a SME é bom e fluido.

VII. O **presidente do CAE-Maricá** aduziu que participa do conselho há cerca de 15 anos, e, por isso, pode afirmar que a situação evoluiu muito, tanto na aplicação das verbas do PNAE quanto nas questões relativas ao cumprimento dos percentuais da agricultura familiar, o que é reconhecido, inclusive, pelos órgãos de controle e aconselhamento, tais como o CECANE. Ressaltou que o Município cumpre com a alimentação diferenciada para diversos grupos, tais como diabéticos, celíacos, obesos e autistas. Seguiu realçando que hoje Maricá é referência na alimentação escolar em relação à qualidade dos gêneros alimentícios. Ressaltou que nem sempre o que é aprovado pelo CAE



como cardápio tem uma boa aceitação na comunidade escolar. Atualmente o número de nutricionistas é de 05, mas, ainda é necessário ampliar este quantitativo. Há uma agenda de reuniões mensais, que ocorrem geralmente todas as segundas ou sextas feiras. Os funcionários da Nutrição dão completo apoio ao CAE. Há uma dificuldade quanto à aceitabilidade dos cardápios mais saudáveis.

Quanto ao espaço de funcionamento, veículos e arquivo próprio desde 2017 não há qualquer problema.

Foram realizadas visitas a fornecedores de agricultura familiar e a algumas escolas.

Há um problema sério de manutenção do grupo de integrantes no CAE, havendo seguidas falhas em sua composição, especialmente nas representações de pais/responsáveis de alunos.

Por fim, registra que considera muito importante o pleno funcionamento dos conselhos escolares, com a descentralização das verbas por conselho, inclusive em virtude do reflexo no encerramento das cantinas escolares, que já não deveriam mais existir.

VIII. O **diretor regional administrativo das Baixadas Litorâneas**, ressaltou o excelente relacionamento com o Município, que é muito parceiro. A diretoria tem recebido muitos elogios sobre a qualidade do ensino no C.E. Professor Darcy Ribeiro, em Itaipuaçu, que foi de iniciativa do Município. Consignou que há 10 escolas estaduais em Maricá, sendo todas de oferta exclusiva do ensino médio (regular/EJA, curso Normal e Administração com ênfase em empreendedorismo, os dois últimos com horário integral).

O **representante do SINEDUC** questionou a SME sobre a possibilidade de criação de cursos de qualificação para alunos de EJA 8º/9º anos, ao que foi respondido que será analisada a questão por meio do programa Qualifica. Prosseguiu realçando a necessidade de cumprimento da estratégia 1 da meta 19 do PME, iniciando-se o processo de consulta pública direta à comunidade escolar para a escolha dos diretores de escola. A **SME**, então esclareceu que será inicialmente realizada, no próximo semestre, uma formação para os atuais diretores e potenciais interessados no cargo, cuja participação será etapa eliminatória no processo. Registrou que o processo de escolha para os novos diretores está previsto para o final deste ano.



**MPRJ**

MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

IX. Questionada pela **promotora de justiça**, quanto aos conselhos escolares esclareceu a secretária que todas as escolas de Maricá possuem tais conselhos em pleno funcionamento e que houve uma nova lei municipal sobre a descentralização do recebimento das verbas por conselho, sendo certo que no segundo semestre haverá uma formação sobre este tema, para os conselheiros.

X. Em **ajustes finais**, ficou consignado que:

- a) A SME enviará informações quanto à criação dos e-mails institucionais no prazo de até 30 (trinta) dias úteis.
- b) No mesmo prazo acima também serão enviados pela SME:
  - Relatório sobre a convocação do concurso em vigor.
  - Parecer da PGM sobre o PCCR do Magistério Municipal.
  - Tabela com a utilização/substituição dos "módulos habitacionais" desde 2015, inclusive com o número de salas.
  - Leis municipais sobre os conselhos (Municipal de Educação, CACs FUNDEB, CAE e Conselhos Escolares), bem como os respectivos calendários de visitas.
  - Nova Lei Municipal sobre a descentralização dos recursos para conselhos escolares.

Nada mais havendo, a reunião foi encerrada às 14:15h.